

MAIS SEGURANÇA

# INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DO VIGIA MAIS MT CEDIDAS À CDL DEVE INICIAR ESSA SEMANA

**NESSE PRIMEIRO MOMENTO**, todas as câmeras serão instaladas no comércio

ROSI OLIVEIRA /  
REDAÇÃO DS

Com a adesão ao Programa Vigia Mais MT do Governo do Estado, a Câmara de Dirigentes Lojistas de Tangará da Serra já está em posse de 90 câmeras de monitoramento que serão instaladas em comércios do município. “Nesse primeiro momento, fizemos a captação e a adesão de 90 câmeras, sendo que destas, 84 são fixas e 6 são Speed Dome”, informa o presidente, Thiago Sousa. “Todas essas câmeras que vieram já estão mapeadas através da Força de Segurança Pública e essas lojas

que vão receber as câmeras, já estão cientes da responsabilidade”, pontua, ao salientar, que havendo necessidade, mais câmeras poderão ser solicitadas. “Nesse primeiro momento especificamente para o comércio. Por mais que é uma quantidade muito significativa, ainda é pouco em relação do que realmente precisamos para ter a nossa cidade segura. Então, já em conversa com o coronel Oliveira e com o pessoal da SESP, nós temos a autonomia, ou como se diz assim, a pré-disposição de fazer a captação de mais câmeras”, anuncia. Segundo Thiago, há inclusive vários empre-

FOTO: RS IMAGENS



**SERÃO INSTALADAS 90 CÂMERAS**

sários que já salientaram o interesse também de fazer parte dessa adesão. Nesse caso, o empresário necessita sinalizar o interesse através da CDL. “Depois desse passo, nós vamos passar para a Força de Se-

gurança Pública, onde vai ser feito um mapeamento estratégico para ver se realmente aquela localidade atende à necessidade estratégica do comando”, salienta. “Acreditamos que o próximo pedido, já vamos

ter mais 150 câmeras somando com os comerciantes que já sinalizaram a adesão”. “É um programa que realmente vai começar agora e com toda certeza vai propagar ao longo deste ano de 2026”.

## ALTO PARAGUAI

**LÍDER DA LIGA DOS CAMPONESES POBRES MORRE EM CONFRONTO COM O BOPE**

RD NEWS

Um homem de 43 anos, identificado como “Flecha”, morreu na sexta, 23, após trocar tiros com policiais do Bope, no Assentamento Pari, zona rural de Alto Paraguai. Ele é apontado como um dos líderes do movimento Liga dos Camponeses Pobres (LCP), com atuação em Rondônia.

Segundo a Polícia Militar, Flecha possuía dois mandados de prisão em aberto e era investigado por três homicídios, duas tentativas de homicídio e um estupro. Troca de informações entre as polícias de Mato Grosso e de Rondônia identificaram que o suspeito estava escondido em Alto Paraguai, onde houve o confronto.

## EM SAPEZAL

**POLÍCIA MILITAR CONSEGUE EVITAR QUE HOMEM SE JOGUE DE 60 METROS DE ALTURA**

ROSI OLIVEIRA /  
REDAÇÃO DS

Moradores e trabalhadores da fazenda 3 Lagoas, em Sapezal, viveram momentos de pânico no sábado, 24, quando um motorista de caminhão, de 38 anos de idade, anunciou ao gerente da fazenda que iria tirar a própria vida. O homem subiu

então uma escada do armazém da algodoeira, e passou a ameaçar se jogar de uma altura de aproximadamente 60 metros. Equipes da Polícia Militar, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e Corpo de Bombeiros de Campo Novo do Parecis foram acionadas, isolando o local.

As equipes iniciaram o

gerenciamento de crise, tentando estabelecer um laço de confiança com a vítima, conversando e ouvindo atentamente, demonstrando empatia. Após um período de tempo, a vítima já se sentia mais acolhida pelas ações apresentadas pela guarnição da Polícia Militar, e desistiu da ação tentada. Desceu do local e foi imediatamente encaminhada para uma unidade de saúde pela equipe do Samu que se encontrava no local.

## FALTA DE PROVAS

# Justiça extingue ação contra prefeita acusada de compra de votos em Barra do Bugres

**AMBOS** tiveram os mandatos cassados em 15 de novembro de 2024 e recorreram da decisão

RD  
NEWS

O juiz da 13ª Zona Eleitoral de Mato Grosso, Silvio Mendonça Ribeiro Filho, extinguiu o processo que cassou os registros de candidatura da prefeita de Barra do Bugres Maria Azenilda (Republicanos) e do vice-prefeito, Arthur José Franco (PRD), pelo crime eleitoral de compra de votos. Segundo o magistrado, a improcedência da ação se deve pela ausência de prova de participação, ciência ou anuência quanto às condutas ilícitas apuradas na denúncia. A decisão foi

“

**A AÇÃO FOI PROTOCOLADA POR PARTIDOS DE OPOSIÇÃO À PREFEITA REELEITA**

assinada na sexta-feira, 23.

Conforme consta nos autos, no dia 20 de setembro de

FOTO: DIVULGAÇÃO



**MARIA AZENILDA E SEU VICE, ARTHUR JOSÉ**

2024, durante um comício em apoio a Maria Azenilda, o filho dela, então secretário Municipal de Finanças,

Carlos Luiz Pereira Neto, conhecido como “Cacá”, teria oferecido R\$ 2 mil, um “emprego melhor” e melhorias

na residência de uma mulher em troca de seu voto.

A ação foi protocolada por partidos de oposição à prefeita reeleita.

A situação chegou a culminar com a cassação do mandato de Maria Azenilda e Arthur José, em 15 de novembro de 2024. Eles recorreram da decisão, e agora, com a decisão da 13ª Zona Eleitoral de Mato Grosso, conseguiram a extinção do processo, ainda que sem resolução do mérito. Assim como Cacá, que também foi excluído da ação, por não ser candidato ou beneficiário direto do mandato eletivo.